

# Parecer para Consulta Pública do Projeto Agroflorestal das Herdades de Murta e Monte Novo (HM-MN)

A Associação Dunas Livres vem por este meio apresentar a sua total discordância, e de muitos portugueses, com o avanço deste projecto de agricultura altamente danoso para o meio ambiente e sustentabilidade hídrica do país. Abaixo enumeramos as razões para esta posição, que será óbvia para qualquer cidadão, nas seguintes categorias de problemas:

## 1. Recursos Hídricos

O projecto apresentado gastará 11,8 milhões de litros de água por dia para regar 722,24 hectares de abacate, uma espécie exótica subtropical, numa região arenosa árida em extrema seca, superficial e subterrânea, em Portugal.

Segundo a Agência Portuguesa do Ambiente (APA), a margem esquerda da bacia do Tejo-Sado (que abastece 1,5 milhões de pessoas) encontra-se afetada pela “diminuição expressiva da precipitação, com sucessivos períodos de seca e um aumento de utilizações ao nível das águas subterrâneas, o que conduziu a uma descida significativa dos níveis” freáticos<sup>1</sup>. Até na área de implementação o Relatório Não Técnico (RNT)<sup>2</sup> reconhece “manchas de sobreiros [...] aparentemente doentes ou mesmo mortos” (pág. 16), um sintoma da descida dos lençóis freáticos reconhecido por agricultores da região<sup>1</sup> mas descartado na análise.

Encontra-se em vigor uma suspensão de títulos de uso de água subterrânea nesta área. Segundo a APA, “o volume máximo autorizado para captação é de 4,827 hm<sup>3</sup>/ano”. Este projecto Hm-MN vai tomar 67% deste volume, uma vez que pretende captar 3,22 hm<sup>3</sup> anualmente de água subterrânea a dois níveis de profundidade por meio de 34 furos. No RNT, pág. 15, “considera-se que não existirá uma afetação significativa da [massa de água subterrânea da Bacia Tejo–Sado], que o impacte negativo apresenta uma magnitude reduzida e é pouco significativo”, e “não se antevê [...] o registo de eventuais conflitos futuros com outros usos existentes na envolvente”. Quantificar como “reduzido” um impacto de 67% do volume máximo anual autorizado pela APA demonstra um erro crasso de lógica e uma dispensa grave dos factos. Além desta sobre-exploração subterrânea, retirar-se-á ainda mais 1,139 hm<sup>3</sup> por ano em água superficial do canal de rega da Associação de Beneficiários de Vale do Sado, totalizando 4,33 hm<sup>3</sup> de água gastos por ano.

Este consumo de água, por um modelo de negócio com elevados impactos ambientais, corresponde aproximadamente ao de uma população de 64.500 pessoas, segundo a média nacional do consumo médio diário de água por habitante<sup>3</sup>.

1

<https://expresso.pt/sociedade/2023-12-29-Projeto-preve-aumentar-10-vezes-a-area-de-abacate-em-Alcacer-do-Sal-94c1b500>

2 [https://participa.pt/contents/consultationdocument/2023\\_11\\_RNT%20HM-MN\\_signed\\_6220.pdf](https://participa.pt/contents/consultationdocument/2023_11_RNT%20HM-MN_signed_6220.pdf)

3 <https://www.ersar.pt/pt/setor/factos-e-numeros>

Consideramos inválida a avaliação do impacto qualitativo nas redes de água, de que “o projeto não provoca pressão sobre a massa de água superficial e subterrânea, pelo que não são expectáveis impactes a assinalar” (RTN, pág. 14). Nestas herdades em particular, o relatório assume que “face às características dos solos, a infiltração da água no terreno predomina”. Logo, estes químicos infiltrar-se-ão definitivamente nas massas de água, desequilibrando ainda mais o ecossistema da região já sob pressão de agricultura intensiva.

De notar que não é referido na secção de impactos - ambientais de água, ar ou solo, nem de saúde humana - o uso de fitofármacos e adubos/pesticidas - poluentes perigosos conhecidos, para qualquer ecossistema -, mas são listados mais tarde na descrição da fase de exploração sem nenhuma consideração pelas suas consequências negativas - este “deslize” demonstra desleixo nocivo e menosprezo da contaminação da rede hídrica da região.

## 2. Degradação Ecológica

Previamente à instalação dos pomares serão realizadas ações de desmatagem, com posterior remoção de todo o material lenhoso, que visam a preparação do solo para plantação.

O RNT reconhece nas páginas 16 e 17 que o projeto será implantado em “duas Zonas Especiais de Conservação (ZEC), [...] duas áreas Biótoto Corine”, duas “Áreas Importantes para as Aves”, na “Reserva Natural do Estuário do Sado, [...] ZPE do Estuário do Sado (PTZPE0011), [...] sítio RAMSAR do Estuário do Sado” e num território com presença de 9 habitats listados em Diretiva Habitats e Aves, alguns “prioritários para a conservação”. Contudo, a conclusão desta secção resume-se à seguinte frase: “A presença abundante do habitat 2260 em toda a área de estudo, e também na generalidade da área do ZEC Comporta-Galé, poderá ser minimizar a significância do impacte gerado sobre este habitat.” Esta frase não é gramaticalmente nem logicamente inteligível, e não conclui nada sobre o impacto ambiental, que é o objetivo deste relatório.

O desrespeito pelos valores naturais do território são evidentes na descrição da atual paisagem das herdades, definida pela sua “planura (domínio da horizontalidade) e a monotonia dos matos e do coberto arbóreo em grande parte da área, traduzidas numa significativa homogeneidade.” - não é aceitável uma área com 9 tipos de habitats e 143 espécies vegetais identificadas em campo ser descrita como homogénea.

Além dos 722,24 hectares de área efetiva de plantação, a área total de intervenção conta ainda com 83,11 hectares para estruturas e infraestruturas de apoio ao projeto. Esta área enorme será sujeita a urbanização e impermeabilização do solo máximas, impactos esses consideráveis e que passam ao lado no EIA na enumeração das formas de destruição ecológica irreversível - o que é inadmissível.

As medidas de minimização consequentes são absurdas, limitando-se a fantasias como “ações de sensibilização ambiental destinadas aos trabalhadores envolvidos” - convidamos todos os leitores que partilhem connosco se conhecem histórias reais de implementação de ações

como estas em projetos de agricultura intensiva ou, se acontecem, se há resultados comprovados desta sensibilização.

### 3. Ordenamento do Território

A plantação de abacates insere-se totalmente na Zona Especial de Conservação (ZEC) Comporta/Galé, incluída no Sistema Nacional de Áreas Classificadas. Deveria estar escarrapachada neste Estudo de Impacto Ambiental a incompatibilidade legal de se sugerir implementar um projecto de agricultura intensiva dentro da Rede Natura 2000, e, extraordinariamente, não o está.

“O Projeto Agroflorestal HM-MN insere-se na sua totalidade em áreas de solos rústicos – categoria de Espaços Florestais, sobretudo na subcategoria de “Espaços Florestais de Produção” (RNT pág. 6), segundo o Plano Diretor Municipal de Alcácer do Sal. Esta classificação está, no mínimo, enviesada tendo em conta o valor ecológico e o carácter sensível destas terras comprovados pela sua inserção completa na ZEC Comporta-Galé.

### 4. Fraca e injustificada promessa de emprego

Num projeto com os prejuízos descritos acima, impostos a uma área de 24km<sup>2</sup> (mais de 2 mil hectares) e de 60 milhões de euros de investimento, não acreditamos que a promessa de emprego permanente para apenas 32 a 40 pessoas seja relevante para um desenvolvimento económico verdadeiro da população residente no município ou região. Ademais, este é tido como o principal impacto positivo do projeto, como se fosse suficiente para se sobrepor a todos os impactos negativos.

Caricatamente, são propostas medidas de valorização e reconhecimento da população local que são risíveis, como a “promoção e sensibilização para a adoção de meios de mobilidade suave, nomeadamente a bicicleta, assim como medidas de carsharing e carpooling (“partilha de veículos e boleias partilhadas”);”.

Adicionalmente, sabemos bem que o emprego sazonal da apanha do abacate provirá provavelmente de mão-de-obra migrante precária, o que geralmente acarreta problemas sociais a vários níveis, incluindo desestabilização das dinâmicas sociais locais e desrespeito por condições básicas para essas populações de trabalhadores migrantes vulneráveis.

## Conclusão

Acreditamos que é essencial um plano socioeconómico sustentável para esta região - mas a sustentabilidade não se coaduna com a degradação e usurpação ambientais e de recursos naturais indispensáveis como a água, que o Projeto Agroflorestal HM-MN representa.

Como vimos, pretende-se gastar uma quantidade de água equivalente a 10 vezes a que será utilizada pela população de Alcácer do Sal, a quem falta água, para produção de uma exportação.

O relatório lista um total de 22 projetos agrícolas, turísticos e industriais na região que “já exercem uma pressão cumulativa relevante, sobretudo sobre os recursos hídricos, ecologia e uso e ocupação do solo” e, mesmo assim, propõe-se a aumentar esta pressão.

A sociedade civil não percebe como se consideram estes danos catastróficos para a região por um produto que não beneficia nem região nem país - e não, nem ao nível de criação de emprego.

Consideramos chocante a decorrência irracional e infundamentada patente na conclusão apresentada neste Estudo de Impacte Ambiental:

*“Em suma, ponderando-se todos os impactes ambientais, e designadamente os suscetíveis de afetar sobretudo a conservação de habitats e das espécies da flora, assim como, dos recursos hídricos subterrâneos, entende-se que o Projeto Agroflorestal HMMN é ambientalmente viável, e deve acolher parecer favorável da autoridade de AIA, apresentando-se o mesmo como uma mais-valia em diversos níveis para o concelho de Alcácer do Sal.”*

Declaramos veementemente que a qualidade deste Relatório não é admissível e revela uma desconcertante complacência com os interesses do promotor que a contratou, quando a sua obrigação é de análise imparcial do dano ambiental causado. Neste caso, este dano é inequivocamente da maior significância negativa, pelo que condenamos o avanço deste projecto, e acusamos irresponsabilidade regional e estatal de sequer considerarem avançar com o projeto e continuarem a desprezar a segurança hídrica da região.

Atenciosamente,

Maria Santos

Catarina Rosa

pela Associação Dunas Livres